



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638662 - SP (2021/0001490-0)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RODRIGO TADEU BEDONI - SP221769
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ALEXANDRE RAMOS BEZERRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ALEXANDRE RAMOS BEZERRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação n. 1512699-80.2019.8.26.0228).

O paciente, condenado por tráfico e posse de acessórios para arma de fogo, teve as penas reduzidas, resultando, respectivamente, em 6 anos, 9 meses e 20 dias e 4 anos e 1 mês de reclusão, em um total de 10 anos, 10 meses e 20 dias de reclusão no regime inicial fechado.

A impetrante sustenta ser nula a prova que dá supedâneo à condenação, porque teria havido indevida invasão de domicílio, em desrespeito ao art. 5º, XI, da Constituição Federal. Aduz que a busca domiciliar, com permissão do proprietário, não existe no ordenamento jurídico.

Requer, liminarmente, seja declarada a nulidade do processo, *ab initio*. No mérito, pugna pela concessão da ordem para ratificar a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, porquanto encontra-se o acórdão atacado, em princípio, arrimado em precedentes desta Corte.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente